

PINTOS S.A. - Crédito, Financiamento e Investimento ("PINCRED")

CNPJ 35.274.306/0001-10 NIRE: 22300014757

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Senhores acionistas: Atendendo às disposições sociais e estatutárias, submetemos à apreciação de V. Sas. as demonstrações financeiras relativas ao 25/2020. **I) Desempenho Operacional:** As atividades operacionais da Pintos S/A - Crédito, Financiamento e Investimento têm por objetivo operações de CDC, Crédito Pessoal e Crédito Consignado. As operações são realizadas através de uma rede de 7 Lojas do Grupo Pintos (Lojas Pintos - correspondente Nacional) no estado do Piauí. A instituição entrou em operação no mês de março/2020, após autorização final do BACEN - ocorrida em fevereiro/2020, tendo iniciado as operações através de Crédito Pessoal Consignado com as empresas do Grupo Pintos, visando efetuar os ajustes necessários no sistema e no fluxo operacional para, posteriormente, iniciar o processo de implantação das operações de CDC nas Lojas e a realização de operações de Crédito Pessoal, utilizando as lojas Pintos localizadas em Teresina. No encerramento de 2020 as operações de crédito totalizaram R\$ 717 Mil de valor financiado, sendo quase sua totalidade nas operações de Crédito Consignado para os funcionários do Grupo Pintos - operações pontuais de Crédito Consignado (R\$ 713 Mil - 99,4%), Crédito Pessoal (R\$ 4,2 Mil - 0,6%). Considerando uma produção de 6 meses, pois a empresa começou a operar em março/2020 e teve que paralisar as suas atividades durante os 4 meses seguintes (abril a julho) por conta do estado de calamidade pública decretada pelo governador do estado do Piauí devido a COVID-19, só retornando as atividades em agosto/2020, conseguiu alcançar uma produção média de R\$ 119 Mil/mês, comparado ao Plano de Negócio apresentado ao BACEN, onde prevíamos uma produção média de Crédito Consignado de R\$ 169 Mil/mês para primeiro ano - portanto 30% abaixo do projetado no Plano de Negócios. Esta produção deu-se em função de foco dado pela administração, optando por iniciar exclusivamente com o produto Crédito Consignado, possibilitando uma administração mais efetiva do negócio. As taxas praticadas nas operações ficaram abaixo do projeto no plano, tendo em vista a situação de mercado atual e a queda da taxa Selic nestes últimos anos (Plano de Negócios Out/2018 - 6,5% a.a. e Início das Operações Mar/2020 - 3,75% a.a., chegando em Dez/2020 - 2,00% a.a.). As receitas decorrentes dos créditos concedidos totalizaram em 2020 52 Mil e as receitas com as aplicações bancárias 421 Mil. Já as despesas operacionais e administrativas totalizaram R\$923 Mil, tendo em vista que toda a estrutura e produtos financeiros não foram totalmente implantados, resultando ao final do exercício de 2020 no Prejuízo de R\$ 450 Mil. Para o 15/2021, apesar do momento político-econômico vivido no Brasil e no cenário de pandemia global em decorrência da Sars-CoV-2, que ainda deve se estender ao longo do referido ano, os administradores buscarão atingir as metas propostas no Plano de Negócio, visando auferir o resultado projetado, com o CDC, Crédito Pessoal e Consignados Privado e Público. **II) Títulos e Valores Mobiliários:** Em atenção ao disposto no artigo 8º da Circular 3.068/01, do Banco Central do Brasil, a Pintos S/A CFI, possui R\$ 13.804 Mil como posição (31/12/2020). Adicionalmente a Financeira não operou com Instrumentos Financeiros Derivativos ao longo do semestre. **III) Gestão de Risco Operacional:** Em atendimento a Resolução 3.380/06 do Banco Central do Brasil a Financeira possui política de gerenciamento dos riscos operacionais, sendo responsável pela identificação, avaliação, monitoramento, controle e mitigação dos riscos da instituição, através de metodologia apropriada, realiza avaliações periódicas nos processos identificando os riscos inerentes, tratando-os de maneira adequada a sua mitigação. **IV) Risco de Mercado:** Em consonância com o que prevê a Resolução 3.464/07 do CMN a Financeira possui gerenciamento dos riscos de acordo com o grau de complexidade dos seus produtos e a dimensão do risco de mercado. **V) Ouvidoria:** Esse componente organizacional está implementado desde 18 de novembro de 2019, onde estamos buscando contínuas melhorias para atendimento integral às determinações da Resolução 4433/15 do BACEN, possibilitando-os as demandas efetuadas ao canal de comunicação do 0800 da Ouvidoria. Nos pontos de vendas dos Correspondentes Nacional, o cliente possui informações da existência do canal de atendimento e damos o pronto atendimento com a resolução das solicitações dentro dos prazos previstos. Além disso, mantemos atualizados os documentos sociais com as menções sobre a estrutura da Ouvidoria e suas respectivas atribuições. Teresina, 05/03/2021. A Administração.

BALANÇO PATRIMONIAL (Em mil reais)							
ATIVO Em Reais - Mil	Nota	2020	2019	PASSIVO Em Reais - Mil	Nota	2020	2019
CIRCULANTE		14.377	1.486	CIRCULANTE		72	53
Disponibilidades	4	214	2	Outras Obrigações		72	53
Banco Conta Corrente		214	2	Fiscais e Previdenciárias		24	11
Títulos e Val. Mobili.	5	13.805	1.484	Diversas		44	41
Livres		13.805	1.484	Credores Diversos Pais		4	1
Operações de Crédito	6	358	0				
Empréstimos		360	0				
(-) Prov. p/Operações de Créd.		(2)	0	PATRIMÔNIO LÍQUIDO		14.484	1.433
NÃO CIRCULANTE		179	0	Capital Social	7	15.000	1.500
Operações de Crédito	6	179	0	Prejuízo do Período		(516)	(67)
Empréstimos		180	0				
(-) Prov. p/Operações de Créd.		(1)	0				
TOTAL DO ATIVO		14.556	1.486	TOTAL DO PASSIVO		14.556	1.486

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO (Em mil reais)				
DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO (Em mil reais)				
	25/2020	2020	2019	
RECEITAS DA INTERMEDIAÇÃO FINANCEIRA	280	474	5	
Operações de Crédito	36	52	0	
Resultado de Títulos e Valores Mobiliários	244	421	5	
RESULTADO BRUTO DA INTERMEDIAÇÃO FINANCEIRA	280	474	5	
OUTRAS RECEITAS/DESPESAS	(600)	(923)	(72)	
Despesas de Pessoal	(193)	(353)	(68)	
Despesas Administrativas	(297)	(450)	(4)	
Outras Despesas Operacionais	(110)	(120)	0	
RESULTADO ANTES DA TRIBUTAÇÃO SOBRE O LUCRO	(320)	(449)	(67)	
PREJUÍZO DO PERÍODO	(320)	(449)	(67)	
Prejuízo por Ações (Lote de mil)	(0,02)	(0,03)	(0,04)	

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO (Em mil reais)					
DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO (Em mil reais)					
	Capital Social	Reservas Legal	Estatutária	Lucros/Prejuízos Acumulados	Totais
Saldo em 01/jul/20	15.000	-	-	(196)	14.804
Prejuízo no Período	-	-	-	(320)	(320)
Saldo em 31/dez/20	15.000	-	-	(516)	14.484
Mutação no Período	-	-	-	(320)	(320)
Saldo em 31/dez/19	1.500	-	-	(67)	1.433
Prejuízo do período	-	-	-	(449)	(449)
Aumento de Capital	13.500	-	-	-	13.500
Reversão de Aumento de Capital	-	-	-	-	-
Saldo em 31/dez/20	15.000	-	-	(516)	14.484
Mutação no Período	13.500	-	-	(449)	13.051

DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA DO PERÍODO (Em mil reais)				
	01/jul/20 a 31/dez/20	01/jan/20 a 31/dez/20	01/jan/19 a 31/dez/19	
ATIVIDADES OPERACIONAIS				
Lucro Líquido Ajustado				
Prejuízo líquido do Período/Exercício	(320)	(449)	(67)	
Provisão para Crédito de Liquidação Duvidosa	1	3	-	
Variações de Direitos e Obrigações				
Redução/(aumento) em Títulos e Valores Mobiliários	(150)	(12.320)	(1.484)	
Redução/(aumento) em Operações de Crédito (Redução)/Aumento em Obrigações Fiscais e Previdenciárias	(230)	(540)	-	
(Redução)/Aumento em Credores Diversos Pais	2	3	1	
(Redução)/Aumento em CPC aprovados e BCB	2	2	41	
Caixa Líquido gerado/(consumido) nas Atividades Operacionais	(670)	(13.287)	(1.498)	
ATIVIDADES DE FINANCIAMENTOS				
Aumento de Capital	-	13.500	1.500	
Caixa Líquido gerado/(consumido) nas Atividades de Financiamentos	-	13.500	1.500	
(Redução)/Aumento líquido de Caixa e Equivalentes de Caixa	(670)	213	2	
Aumento/(redução) líquido nas disponibilidades	-	-	-	
Saldo das disponibilidades no início do período	884	2	2	
Saldo das disponibilidades no fim do período	214	214	2	

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS ABRANGENTES (Em mil reais)				
	01/jul/20 a 31/dez/20	01/jan/20 a 31/dez/20	01/jan/19 a 31/dez/19	
Prejuízo Líquido do Período/Exercício	(320)	(449)	(67)	
Outros Componentes do Resultado Abrangente	-	-	-	
(=) Resultado Abrangente Total	(320)	(449)	(67)	

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS DE 31 DE DEZEMBRO DE 2020
NOTA 1. CONTEXTO OPERACIONAL: A Companhia foi constituída em 01 de julho de 2019, tem como objeto social a realização de operações de financiamento, a prazo médio e longo, para suprimentos de capital fixo ou de movimento, mediante a aplicação de recursos próprios e coleta, intermediação e aplicação de recursos de terceiros, assim como a administração de valores mobiliários e quaisquer outras atividades permitidas, isto é, a realização de todas as operações e serviços de provisão para instituições da espécie. **NOTA 2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS:** As demonstrações contábeis foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, observando as normas e instruções emanadas pelo Banco Central do Brasil, específicas para instituições financeiras e estão apresentadas em conformidade com o Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional - COSIF, pelo Conselho Monetário Nacional - CMN e os novos pronunciamentos, orientações e as interpretações emitida pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC aprovados pelo BCB. As demonstrações contábeis do período findo em 31 de dezembro de 2020, incluindo as notas explicativas, são de responsabilidade da Administração, cuja autorização para sua conclusão e/ou aprovação ocorreu em 26 de fevereiro de 2021. **NOTA 3. PROCEDIMENTOS CONTÁBEIS:** Dentre os principais procedimentos adotados para a preparação das demonstrações contábeis, destacamos: **a) APURAÇÃO DOS RESULTADOS** - As receitas e despesas são reconhecidas pelo regime de competência, observando-se o critério "pro-rata" dia para as de natureza

financeira, as quais são calculadas com base no método exponencial. **b) CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA** - São representados por disponibilidades em moeda nacional e a presente risco insignificante de mudança de valor justo. **c) TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS** - São determinadas pela Administração, considerando fatores e premissas estabelecidas com base em julgamento. Itens significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem as provisões para créditos de liquidação duvidosa, as provisões para perdas, as provisões para contingência, entre outros. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar quando da sua realização, em valores divergentes dos registrados nas demonstrações contábeis devidos às imprecisões existentes ao processo de estimativas contábeis. A instituição revisa suas estimativas e premissas em bases mensais. **d) RESULTADO POR AÇÃO** - Calculado com base na quantidade de ações em circulação do capital integralizado na data do balanço.

NOTA 4. CAIXAS E EQUIVALENTES DE CAIXA: Composição de títulos e valores mobiliários com o valor de mercado está demonstrada a seguir:

	2020	2019
Bancos	214	2
Total	214	2

NOTA 5. TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS: Composição da carteira de títulos e valores mobiliários:

	2020	2019
Cotas de fundo de investimento	13.805	1.484
Total	13.805	1.484

NOTA 6. OPERAÇÕES DE CRÉDITO:

a) A composição da carteira de operações de crédito e a provisão por nível de risco está demonstrado a seguir:

	31/dez/2020		
Classif. de risco	%Provisão	Saldo Carteira	Prov. (-)
A	0,50%	535	(3)
C	3,00%	3	0
E	30,00%	2	0
Total		540	(3)

b) Diversificação da carteira por ramo de atividade:

	31/dez/20	%
Sector Privado	540	100
Sector Público	0	0
Total	540	100

NOTA 7. PATRIMÔNIO LÍQUIDO - O capital está composto de R\$ 15.000.000,00 (quinze milhões de reais), divididos em 15.000.000 (quinze milhões) de ações ordinárias, com valor nominal de R\$ 1,00 (um real) por ação. **NOTA 8. LIMITE OPERACIONAL (Acordo de Basileia)** - No exercício findo em 31 de dezembro de 2020, a instituição encontra-se em conformidade com os limites mínimos de capital e patrimônio compatível com o grau de risco da estrutura do ativo, diretrizes estabelecidas pelas Resoluções do CMN nºs 4.192, de 01/03/2013 e 4.193, de 01/03/2013 complementadas e alterações posteriores pela normatização emitida pelo Banco Central do Brasil. **NOTA 9. COVID-19** - Covid-19 - A rápida e repentina propagação da epidemia do Coronavírus (Covid-19) está causando a paralisação de vários setores produtivos e comerciais, além de confinar pessoas e fragilizar a economia mundial. Entre os diversos riscos e incertezas aos quais a empresa está sujeita, aguarda-se do governo, medidas Econômico Fiscais que visem assegurar o cumprimento e consecução de seus objetivos Sociais e Estatutários. (E no premissa de sua continuidade operacional).

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Ilmos. Srs. DIRETORES E ACIONISTAS DA PINTOS S.A. CRÉDITO, FINANCIAMENTO E INVESTIMENTO. Teresina - PI

Opinião: Examinamos as demonstrações contábeis da PINTOS S.A. CRÉDITO, FINANCIAMENTO E INVESTIMENTO, que compreendem o balanço patrimonial, em 31 de dezembro de 2020, e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Em nossa opinião as demonstrações contábeis referidas acima representam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da PINTOS S.A. CRÉDITO, FINANCIAMENTO E INVESTIMENTO, em 31 de dezembro de 2020, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, e as demonstrações contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

Base para opinião: Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à Instituição, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Ênfase:** Em atenção à Nota Explicativa 9 às Demonstrações Contábeis, ratifica-se que o COVID-19 apresenta potencial impacto futuro, como evento subsequente, ora não requerendo ajuste, em atendimento à NBC TA 560 (R1), Pronunciamento 24 do CPC Comitê de Pronunciamentos Contábeis (com correlação ao IAS 10 - International Accounting Standards). Nossa opinião não contém ressalva, pois não foi requerido ajuste nas Demonstrações Contábeis ora auditadas. **Outros assuntos:** Conforme mencionado na nota explicativa nº 01, a Instituição foi constituída em 01 de julho de 2019, tendo seu registro efetivado junto ao Banco Central do Brasil em 12 de fevereiro de 2020. No entanto, as demonstrações contábeis iniciaram no período de 31 de dezembro de 2019, com isso não foram apresentados saldos comparativos com períodos anteriores. **Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório do auditor:** A Administração da Instituição é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é a do Relatório da Administração, ao invés de considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito. **Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis:** A administração da PINTOS S.A. Crédito, Financiamento e Investimento, é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a instituição continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a instituição ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da instituição são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de

segurança, mas, não, uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: 1) Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. 2) Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da instituição. 3) Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. 4) Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da instituição. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a instituição a não mais se manter em continuidade operacional. 5) Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Porto Alegre, 26 de fevereiro de 2021.
 Vicente Michelon CRC-RS 52.365/0-8
 MICHELON Auditores e Consultores SS. CRCRS 4.626.